



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ALAN PHILIFE MOREIRA SILVEIRA

**ENTRE ACCIOLYS E CABRAIS: HERANÇA E REPRODUÇÃO DO
CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR NA ARATANHA CEARENSE**

REDENÇÃO - CE

2018

ALAN PHILIFE MOREIRA SILVEIRA

**ENTRE ACCIOLYS E CABRAIS: HERANÇA E REPRODUÇÃO DO
CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR NA ARATANHA CEARENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Krieger Barreira

REDENÇÃO - CE

2018


ALAN PHILIFE MOREIRA SILVEIRA

**ENTRE ACCIOLYS E CABRAIS: HERANÇA E REPRODUÇÃO
DO CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR NA ARATANHA CEARENSE**

Projeto de pesquisa apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Título de Bacharel em Humanidades, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Krieger Barreira.

Aprovado em: 31/10/2018

BANCA EXAMINADORA



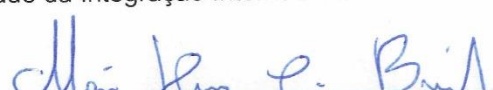
Prof. Dr. Sérgio Krieger Barreira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof. Dr. Edson Holanda Lima Barboza

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira



Prof. Dr. Mário Henrique Castro Benevides

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

AGRADECIMENTOS

A construção desta tarefa não teria sido possível sem a colaboração e o estímulo de diversas pessoas. Gostaria, por esta razão, de expressar toda a minha gratidão e consideração a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta ideia se tornasse uma realidade. A todos quero expressar os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao professor e orientador Dr. Sérgio Krieger Barreira, docente primoroso e expoente de motivação na construtiva caminhada da pesquisa, para quem não há agradecimentos que chegue.

Ao Professor Dr. José Marciano Monteiro da UFCG-PB, pela apresentação da temática e atenção dispensada a mim.

Aos colegas do curso de Bacharelado em Humanidades, pela amizade durante o incansável trajeto.

Aos meus amigos, em especial Francisco Valentim de Amorim Junior, que nunca estiveram ausentes, agradeço a amizade e o carinho que sempre me disponibilizaram.

Deixo também uma palavra de agradecimento aos professores, pela forma com que transmitem o interesse pela docência, pesquisa e extensão; agradeço por todos os seus ensinamentos.

Ao meu PAI e à minha MÃE, pela confiança e dedicação, os meus eternos agradecimentos.

Finalmente a minha namorada, Jhenne, agradeço todo o seu amor, carinho, companheirismo, paciência e admiração.

A tod@s, obrigado por contribuírem na realização deste projeto.

Tantos sítios! Tantas vivendas antigas!
Tantos Joãos: Bernardo, Pinheiro, Galeno,
Medeiros, Augusto!
Tantos Manuéis! Novais, Albano, Acióli, Barreto;
Pinheiro Campos, Nepomuceno!
(João Jacques, Poema do Centenário).

RESUMO

O presente projeto tem por finalidade analisar a estruturação e reprodução do poder político-familiar dos Cabrais-Acciolys numa perspectiva de longa duração, no âmbito da política institucional dos municípios de Pacatuba e Guaiúba-Ceará, região denominada Aratanha Cearense. Para tanto, foi empreendida uma pesquisa documental, possibilitada pelo acesso a notícias de jornais dos séculos XIX e XX, disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, analisados juntos a elaboração das genealogias que envolvem cinco gerações das supracitadas famílias, o que proporcionou apontar as suas relações de parentesco e continuidade nos quadros político-administrativos locais. Além disso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para discutir o conceito de *capital político-familiar* (MONTEIRO, 2016) a partir do exemplo da família Cabral-Accioly.

Palavras-chave: História Política. Família. Poder local.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 TEMA	9
2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA	9
3 OBJETIVOS	10
3.1 OBJETIVO GERAL.....	10
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
4 JUSTIFICATIVA	10
5 PROBLEMATIZAÇÃO	11
6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	19
6.1 O IMAGINÁRIO DA CIDADE COMO ESPAÇO REPRODUTIVO DA FAMÍLIA POLÍTICA TRADICIONAL.....	19
6.2 ANTIGAS FAMÍLIAS POLÍTICAS REPRODUZIDAS NO <i>CAPITAL POLÍTICO- FAMILIAR</i>	22
7 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	24
8 MÉTODOS	26
9 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE	32
APÊNDICE A – Genealogia política dos Acciolys em Guaiúba.....	32
APÊNDICE B – Genealogia política dos Cabrais em Guaiúba	33

1 APRESENTAÇÃO

O Ceará, estado do Nordeste brasileiro, é reconhecidamente um dos caracterizados territórios onde as oligarquias de base familiar constituíram e perpetuaram domínios políticos históricos, com destaque para o “acciolyismo”, que na figura de Antônio Pinto Nogueira Accioly (1840-1921) exerceu de 1896 a 1912 um extenso, nepótico e violento controle da política cearense (LEMENHE, 1995; FARIAS, 2015). No entanto, a relação entre família e política não se encontra unicamente situada em um passado de predominância coronelística.

A família ainda se apresenta como uma das principais chaves para a compreensão da política no Brasil. Tratar dela num contexto local, aproximando-nos da sua estruturação, também é traçar proximidade com a dinâmica de poder que insere e localiza superiormente determinadas parentelas em posições históricas de privilégio. Conhecê-las e analisá-las junto a história das pequenas cidades, é ainda a possibilidade de se conhecer os aspectos que organizam a vida social e o papel que ela exerce na formação política brasileira (MONTEIRO, 2016a).

Como questão contemporânea, o embricamento entre família e política suscita que nesta pesquisa pretendamos apontar a estruturação, reprodução e permanência dos Cabrais-Accioly na administração e política institucional local desde fins do século XIX entre Pacatuba e Guaiúba, região que compreendemos por adotar a denominação de Aratanha Cearense, partindo do nome da Serra onde em seu sopé foram originadas as duas povoações.

A Pacatuba e a Guaiúba da primeira metade do século XIX não passavam de simples povoados, a primeira se sobressaindo ao tornar-se, em 1848, sede de distrito da Vila de Maranguape, ambas constituídas por sítios, terras que em sua maioria pertenciam aos Costa e Silva, mais especificamente aos irmãos José Antônio da Costa e Silva (1805-1867) e Domingos da Costa e Silva (1804-1862), herdeiros do Sargento-mor Albano da Costa dos Anjos (1768-1822) e pioneiros no cultivo do café dessa região.

Um relativo crescimento do povoado da Pacatuba permite a sua elevação a categoria de Vila pela Lei Provincial nº 1284 de 8 de outubro de 1869, um mês depois a resolução nº 1305 de 5 novembro cria a freguesia, elevando como matriz a capela

de Nossa Senhora da Conceição. A inauguração da freguesia ocorre a 6 de fevereiro de 1870, com a posse do vigário Pe. Bernardino de Oliveira Memória (1832-1899).

Ao longo de várias gerações, os Cabrais-Acciolys têm reproduzido posições e cargos na Aratanha Cearense que percorrem desde as últimas décadas do Império (1822-1889) – período da instalação da Câmara da Pacatuba, em 26 de abril de 1873 – passando pela República Velha (1889-1930), chegando ao Regime Militar (1964-1985) e permanecendo na Redemocratização ao reafirmarem seu domínio político na Guaiúba, ao vencerem a primeira eleição após a emancipação desse município em 17 de março de 1987.

Desta feita, ao apontarmos a interação de tais famílias com o poder local, evidenciamos a estruturação histórica do seu *capital político-familiar*, capital imprescindível no acesso aos espaços de disputas pelo prestígio, quando atua materializando o elemento simbólico quase infalível na garantia do sucesso eleitoral, o sobrenome/nome familiar. Como num ritual de transmissão, o neófito das famílias políticas, aquele detentor da “distinção”, é conduzido a ocupar um lugar na estrutura do poder antes ocupado por seus parentes, conservando e prolongando sua tradição familiar de domínio (MONTEIRO, 2016a).

Tal domínio perpassa pela estratégia de manutenção do poder no seio familiar, ao atravessarem a história política dos municípios de Pacatuba e Guaiúba, as famílias políticas – os Cabrais-Acciolys aqui abordados – encarnam naturalizações e povoam mentalidades. A força do nome da família, símbolo do *capital político-familiar*, é até então a marcante característica de conservação desse grupo familiar nas relações centrais de participação e consequente continuidade nos cargos administrativos e eletivos até os dias de hoje.

2 TEMA

Família e poder político.

2.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Estruturação e transmissão do *capital político-familiar* no processo de continuidade política dos Cabrais-Acciolys na Aratanha Cearense.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar como ocorreu/ocorre a estruturação e reprodução do poder político-familiar dos Cabrais-Acciolys no âmbito da política institucional nos municípios de Pacatuba e Guaiúba-Ceará.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar, através da construção de uma genealogia política, a reprodução do poder da família Cabral-Accioly em Pacatuba/Guaiúba – Ceará.
- Identificar, historicamente, os cargos e espaços de poder ocupados por essas famílias no contexto político das cidades de Pacatuba e Guaiúba.
- Discutir o conceito de *capital político-familiar* a partir do exemplo da família Cabral-Accioly.
- Refletir sobre as permanências na história política local por meio do estudo da família Cabral-Accioly.

4 JUSTIFICATIVA

O município de Guaiúba possui 31 anos de emancipação política, completados no 17 de março 2018. No entanto, a permanência de determinadas famílias em posições de domínios políticos acha-se fincada na história desse território, estendendo-se por mais de um século antes do tão almejado desmembramento de Pacatuba. Nessa cidade, na qual habito, a família Cabral-Accioly venceu cinco das oito eleições municipais, além de influenciar diretamente na vitória de um não membro da família.

As ruas, rodovias, escolas e demais logradouros públicos encontram-se circunscritos por nomes hoje pouco recorrentes na lembrança dos habitantes da jovem cidade, mas que se acham agregados aos sobrenomes Cabral-Accioly, indicando ali que há muito se localizam como famílias de prestígio, como elite política municipal.

Abordar a família e o parentesco na política em Pacatuba/Guaiúba – Ceará, tendo como exemplo os Cabral-Accioly, nos permitirá uma visualização e uma maior

compreensão das estruturas de poder que os mantêm afinados à narrativa histórica do lugar, assim como a condução da vida política.

Portanto, a realização desta pesquisa justifica-se no sentido de contribuir para o entendimento da realidade política a qual Guaiúba encontra-se inserida, levando em consideração a escassa e quase inexistente produção de pesquisas sobre a temática no contexto territorial abordado. Visamos por engendrar a produção de um trabalho que envolva as elites políticas da região da Aratanha, explicitando as trajetórias de surgimento e continuidades de famílias remanescentes da organização político-administrativa da Vila da Pacatuba (Séc. XIX) e que ainda hoje nos alcançam pela força e reprodução do sobrenome na política.

5 PROBLEMATIZAÇÃO

O primeiro dos Accioly a chegar em Guaiúba, André Accioly de Vasconcellos, Andrezinho, como o chamavam por ter recebido o nome do avô paterno, o sargento paraibano André Accioli de Vasconcellos, apontado como partícipe da Revolução de 1817¹, nasceu no Riacho do Sangue, hoje Jaguaratama-Ceará, a 23 de setembro de 1822, filho de Manoel da Silva Pereira e de Antônia Maria de Jesus. Casando-se na capela de Nossa Senhora da Penha da Vila de Maranguape a 10 de outubro de 1841 com Mathilde Joaquina de Castro Silva (? +1889), viúva de Antonio Gomes do Valle.

Andrezinho teria chegado a Guaiúba por volta de 1854 já com alguns filhos crescidos, quando logo se torna encarregado da produção de café de um dos sítios do Comendador Antonio Cabral de Mello (1807-1886), este, ao terminar a colheita de um ano teria lhe doado o equivalente a toda uma safra, o que permitiu ao Andrezinho adquirir uma boa propriedade, bem localizada, em um ponto do povoado chamado de “Côrte”.

Em 1869 foi nomeado, por portaria de 26 de dezembro, membro da comissão de execução da obra da capela da Guaiúba², junto com Antônio da Costa dos Anjos e João Facundo de Menezes (1819-1885), comissão que recebeu muitas críticas de abandono e levantou muitas suspeitas a respeito da aplicação dos 500\$000

¹ Parahybanos que fizeram parte da revolução de 1817. Almanak da Parahyba. 1899.

² Almanak da Província do Ceará. 1873.

(quinhentos mil reis) “que nem poeira deixaram”.³ No entanto, as narrativas locais a respeito da construção da igreja matriz consagram André Accioly, Antonio dos Anjos e João Facundo como benfeitores, homens que por iniciativa privada, e mesmo movidos por promessas religiosas, no caso de André, teriam idealizado e executado tal obra.

Adiante, por ato de 3 de abril de 1872, André foi nomeado membro da comissão censitária da Paróquia da Pacatuba. A 9 de novembro de 1885 volta a ser subdelegado do distrito da Guaiúba, permanecendo até a sua demissão em 20 de setembro de 1888.

No exercício de funções públicas Andrezinho se destacou como figura de grande prestígio no distrito da Guaiúba. Apontado como “honra dos moradores” daquele lugar, cidadão “a quem todos devem atenção por tornar-lhes a vida fácil e suportável”. Tal descrição, acerca da facilitação do cotidiano guaiubense por esforços do já idoso André Accioly, aparece na seção “Correspondência do Ceará” do jornal paraense “O Democrata”, de 12 de abril de 1892. Acolhido na povoação pelo velho Andrezinho, um incógnito correspondente o distingui, para além da honradez, como “tronco de numerosa e importante família” que “ali vive há longos anos, possuindo a melhor casa da Guayuba-velha”.⁴

Desse tronco familiar, dois dos oito filhos de Andrezinho adentraram na vida política, Rogério Accioly de Vasconcellos (1856? – 1934) com muita brevidade, foi eleito entre os Conservadores para o cargo de Juiz de Paz da Pacatuba em julho de 1882. Porém, sem extensa participação, possivelmente pelo fato de ter-se transferido, primeiramente para a Vila do Acarape, no Maciço de Baturité, onde foi comerciante, e em seguida para Fortaleza, onde trabalhou como Contínuo na Secretaria do Liceu do Ceará.

O outro, Antônio Accioly de Vasconcellos, com maior ênfase, inicia a vida pública em 1877 como membro da comissão de socorros da seca no distrito da Guaiúba, ao lado de José Correia de Mello, seu compadre, que acabara de encerrar seu mandato na câmara de Pacatuba.⁵ Em 22 de dezembro de 1880, anuncia no jornal “O Cearense” que de sociedade com os irmãos Rogério e José Accioly abriram a firma

³ Jornal da Fortaleza. 16 de fevereiro de 1870.

⁴ Denomina-se “Guayuba-velha” a região da povoação ocupada a partir das margens do Rio Guayuba, onde situa-se a Igreja Matriz; por “Guayuba-nova” entende-se o casario construído nas proximidades da Estação Ferroviária, inaugurada em junho de 1879, atual centro da cidade.

⁵ Mercantil. 4 de novembro de 1877.

“Accioly & Irmãos”, com funcionamento no povoado da Guaiúba e na cidade de Baturité, destinada ao comércio de gêneros nacionais e estrangeiros, a sociedade é desfeita em outubro de 1889, ficando apenas Antônio como proprietário.

Ainda em 1889 é nomeado subdelegado do distrito da Guayuba. No ano seguinte, em conformidade com o Decreto n.º 639 de 12 de agosto, expedido pelo governo provisório do estado do Ceará, é designado presidente da comissão pela qual se encarrega de executar, inspecionar e dirigir os trabalhos de recenseamento do referido distrito.⁶

Após a instauração da República no Brasil, se inicia na maioria das províncias uma sucessiva criação de clubes republicanos, o da Pacatuba tem sua organização em dezembro de 1889, onde logo Antônio Accioly passa a figurar. No entanto, em 26 de abril de 1904 os membros desse grupo se dividirão para formar o Partido Revisionista, para onde migra Antônio Accioly e os demais que de imediato se colocam como oposição ao governo de Nogueira Accioly, e consecutivamente aos seus aliados na câmara da Pacatuba.

O que os Revisionistas da Pacatuba alegavam era que, ainda em 1894 a Câmara nada devia, possuía crédito, prédio mobiliado, para em tão curto tempo instalar-se o caos administrativo.⁷ Tais críticas seguiam diretamente para a figura do Intendente municipal Coronel João Carlos da Costa Pinheiro, ferrenho aliado de Nogueira Accioly, que mesmo a oposição revisionista não pôde suplantar, permanecendo na intendência pelo mesmo período de tempo que Nogueira Accioly permanece no governo do estado (1896-1912), ainda mais, elegendo-se deputado estadual para três legislaturas (1901-1912).

Na eleição de 1904 para a câmara da Pacatuba, saem derrotados os Revisionistas, sem elegerem um só vereador, fato que atribuem as fraudes organizadas pelo Intendente João Carlos. Tais acusações iam desde o sumiço da urna do distrito da Guaiúba, território de Antônio Accioly – onde a oposição contou com maior votação – ao desaparecimento dos nomes nas listas eleitorais.⁸

Com a deposição de Nogueira Accioly em 24 de janeiro de 1912, e o consecutivo afastamento do Coronel João Carlos, assume Antônio Accioly de Vasconcellos o cargo de intendente municipal a 26 de janeiro. O que não se imaginava

⁶ Libertador. 9 de outubro de 1890.

⁷ Ao Eleitorado da Pacatuba. Jornal do Ceará. 27 de abril de 1904.

⁸ O Governo roubado. Jornal do Ceará. 9 de maio de 1904.

era que ainda em novembro daquele conturbado ano, Antônio Accioly na idade de 65 anos, iria falecer. O jornal “Estado do Pará” do qual era tesoureiro o seu sobrinho Intendente de Breves e futuro deputado estadual do Pará, o coronel José Rodrigues Souza Filho, noticia o falecimento para além das fronteiras do Ceará, ressaltando a profunda mágoa em que ficaram mergulhados os guaiubenses.⁹

Antônio Accioly de Vasconcellos era viúvo de Maria Facundo de Vasconcellos, filha do segundo casamento do abastado fazendeiro, ex-juiz de paz e ex-vereador João Facundo de Menezes com Maria Francisca dos Santos. Com a família Facundo de Menezes, os Acciolys contraem não só o casamento de Antônio, mas também o de Liberalina, outra filha do velho Andrezinho, que se casa a 8 de fevereiro de 1873 com o Tenente-cirurgião Alferes João Facundo de Menezes Filho.

A vaga deixada na intendência pela morte de Antônio Accioly no primeiro ano de exercício do cargo, logo será preenchida. Para ocupá-la, é nomeado o jovem agricultor e comerciante Esaú Accioly de Vasconcellos (1889-1971), filho de Antônio. Esaú permanecerá como intendente da Pacatuba até março de 1914, mês em que o presidente do estado Marcos Franco Rabello, o qual os Acciolys da Guaiúba apoiavam desde 1911, seria deposto pela “Sedição de Juazeiro”¹⁰. Após esse período, Esaú transfere-se para Fortaleza onde irá cursar a Escola de Agronomia, na qual após formado exercerá os cargos de secretário e professor.

Por volta de 1926 casa-se com Hilda de Castro Fradique (1900-1989), filha do rico negociante português Cel. Manoel Fernandes Fradique (1857-1933), inúmeras vezes vice-presidente da “Sociedade Beneficente Portuguesa Dous de Fevereiro”, que teve em 1872 como um dos fundadores o seu tio e sócio Antônio Fernandes de Farias.

Esaú ingressou no Ministério da Agricultura em 1936 pela Diretoria do Ensino Agrícola, daí é destacado para administrar o Horto Florestal de Ubajara na Serra da Ibiapaba e em Guaiúba dirige o Campo Experimental de Sementes em propriedade de 300 hectares, doação sua à União, destinada ao Fomento Agrícola. Na propriedade, hoje com o seu nome, situa-se a Fazenda de Experimentação Agropecuária da Universidade Estadual do Ceará.

⁹ Falecimentos. Estado do Pará. 23 de dezembro de 1912.

¹⁰ A revolta ou Sedição de Juazeiro foi um confronto ocorrido entre dezembro de 1913 e março de 1914 em Juazeiro do Norte-Ceará, envolvendo as oligarquias cearenses – especialmente as sertanejas – e o governo federal, tendo em vista a derrubada do governador Franco Rabelo e o fim da interferência do poder central na política estadual.

Logo depois do período que Esaú ocupou a intendência da Pacatuba, dá-se um grande intervalo na presença dos Acciolys na política local, apenas com o aparecimento de um deles, o Major Lindolpho Accioly Pinheiro, primo de Esaú, exercendo um mandato na câmara municipal entre os anos 1920 e 1924. O Major Lindolpho foi também rico comerciante, tinha forte papel a frente da comunidade guaiubense em relação a administração do aspecto religioso, coordenando as festas da igreja. Casado e sem filhos, deixa viúva a senhora Maria Amélia de Araújo, responsável pelo enriquecimento da paróquia de Guaiúba em consequência da doação de grande parte do seu patrimônio.

Essa ausência dos Acciolys em cargos públicos entre Pacatuba e Guaiúba será rompida quando Antônio Fradique Accioly (1927-2017), filho de Esaú Accioly com Hilda Fradique, formado em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em 1950, ingressará no Ministério Público em 1952, assumindo o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Pacatuba.

Em maio de 1956 Antônio Fradique Accioly contrai matrimônio com a conterrânea Elzenir Cabral Torres (1937), dez anos mais jovem. Filha do segundo casamento de Raimundo Bandeira Torres (1907-1986) com Adelina de Araújo Cabral (1916-1965), descende, por linha materna, de duas das mais importantes proprietárias rurais de Guaiúba, que assim como os Acciolys, apresentam extensa ocupação de cargos públicos e eletivos que remontam ao período imperial. Seu pai, advindo de uma família de comerciantes fixados entre o distrito de Água Verde e a Sede, também foi vereador da Pacatuba dos anos 1947 a 1958, ocupando a chefia do partido da União Democrática Nacional (UDN) por longo período.

Já a mãe de Elzenir, Adelina de Araújo Cabral, era filha de Manuel Hermínio Cabral “Filho” (1886-1929), comerciante e vereador da Pacatuba no período de 1924 a 1928, casado com Maria Augusta de Araújo (1890 -?). Em concordância com Rêgo (2008), observamos que o funcionamento do casamento exógamo imprimiu sobre as famílias Araújo-Cabral e Cabral-Accioly significativo aumento e reforço do prestígio político, para além das alianças de significado econômico, foi a acumulação e transmissão da herança política o principal capital desenvolvido por essas famílias.

Além do casamento de Maria Augusta de Araújo com Manuel Hermínio Cabral “Filho”, casaram-se o coronel João Augusto de Araújo (1884-1957), irmão de Maria Augusta, com Maria do Carmo Cabral (1887-1958), irmã de Manuel Hermínio “Filho”. O coronel João Augusto, assim como os anteriores, figurava entre os abastados

comerciantes da Guaiúba, chegando a estender seu comércio para a capital cearense. João Augusto foi prefeito da Pacatuba em duas legislaturas, a primeira de 1922 a 1924 e a última entre 1929 e 1932, quando foi eleito secretamente pela câmara em novembro de 1928.

Um dos filhos do coronel João Augusto, o radialista Paulo Cabral de Araújo (1922-2009), foi prefeito de Fortaleza entre os anos 1951-1955, deputado estadual (1954) e Secretário-geral do Ministério da Justiça na gestão Armando Falcão, durante o governo militar do general Ernesto Geisel (1974-1979). Saiu da política para assumir definitivamente o jornalismo, comandando por 22 anos o conglomerado de comunicação dos Diários Associados de Assis Chateaubriand.

Mais duas irmãs do coronel João Augusto casaram com figuras importantes, Maria Amélia de Araújo com Lindolpho Accioly Pinheiro, já citados e Antônia Augusta de Araújo (1889-1960), a Dona Totonha, casada com Manuel Baltazar de Freitas (1890-1964). Manuel Baltazar foi vereador de 1936 a 1940, dono de cartório e a principal liderança a frente da comunidade católica guaiubense, engajado na campanha em prol da paróquia Jesus, Maria e José que seria criada em 1955, após mais de uma década de atividades para constituição do patrimônio.

Retomando a ascendência de Elzenir e a atuação dos Cabrais na Aratanha Cearense, encontraremos seu bisavô materno, Manoel Hermínio Cabral “Pai” (? – 1892) entre os suplentes de juiz de paz eleitos para o quadriênio 1876 – 1880. Hermínio Cabral “Pai” também esteve entre os camaristas da terceira bancada da Câmara da Vila de Pacatuba (1881-1883), no ano seguinte ocupou o cargo de 2º suplente de juiz substituto, do qual é exonerado em 1885.¹¹

Em 30 de julho de 1889 foi designado pelo governo provincial para a função de Comissário Geral dos Socorros Públicos do termo da Pacatuba, serviços em consequência de mais uma seca naqueles anos. Nessa função, Manoel Hermínio protagonizou inúmeras polêmicas, desde acusações de desmandos e desvios dos mantimentos dos socorros a desavenças que travou com ex-aliados e familiares, algumas delas estampadas nas páginas do jornal conservador Pedro II.

A frente da Comissão de Socorros, foi acusado de causar os maiores transtornos aos flagelados da seca em Pacatuba, dificultando, ou não distribuindo os víveres aos retirantes que por lá passavam ou se fixavam. Acusado de transportar

¹¹ Cearense. 14 de fevereiro de 1885.

publicamente para sua residência, em burros seus, os tijolos feitos as custas dos socorros e fraudar a pesagem da carne, advinda do abate do seu próprio rebanho, que se destinava a distribuição entre os famintos, sem sofrer a mínima advertência por parte dos fiscais.¹² Referido como “gênio perigoso”, “incorrigível”, tratava com uso da força os que lhe contrariavam, invadindo, açoitando e mandando prender os desvalidos com a influência que exercia sobre o juiz municipal, Dr. Abel Garcia.¹³

Em janeiro de 1890, após ser nomeado para o conselho de intendência municipal¹⁴, recusa alegando grandes ocupações. Foi Tenente-coronel da Guarda Nacional, nomeado em fevereiro de 1891, no entanto o jornal “A República” de 28 de abril de 1892 notifica a perda do posto por não solicitação da patente, possivelmente não efetuada por consequência de seu falecimento.

Hermínio Cabral “Pai” era filho do Comendador Antônio Cabral de Mello (1807-1886) e da sua esposa Henriqueta Hermina Cabral (? – 1896). O Comendador Cabral de Mello era português, da Ilha de São Miguel nos Açores, de onde chegara na Aratanha ainda jovem. Sendo grande proprietário de mão de obra escrava, construiu significativa fortuna no ramo agrícola, estabelecendo ampla descendência.

Entre os demais filhos do Comendador Cabral, ganhou destaque na sociedade cearense Raymunda Cabral Theóphilo (? – 1928), casada com o farmacêutico e escritor Rodolfo Marcos Theóphilo (1863-1932). Raymunda foi umas das principais mulheres envolvidas na causa da Abolição no Ceará, representando a vila da Pacatuba na sessão solene de “libertação total da província” em março de 1884.¹⁵ Ficou conhecida como a mãe dos pobres.

Outra filha, Maria do Carmo Cabral e Silva (1856-1942), casou com o poeta, folclorista e escritor Juvenal Galeno da Costa e Silva (1836-1931), filho do “Barão do Café” da Aratanha. Juvenal foi subdelegado de polícia da Pacatuba, deputado provincial no biênio 1858-1859, e como membro do conselho diretor da Instrução Pública, exerceu a função de inspetor literário da comarca da capital.¹⁶ Era vereador da Pacatuba quando transferiu sua residência para Fortaleza em 1888, deixando uma vaga na câmara.

¹² Pedro II. 14 de novembro de 1889.

¹³ Ibidem. 27 de outubro de 1889.

¹⁴ Libertador. 16 de janeiro de 1890.

¹⁵ Ibidem. 14 de março de 1884.

¹⁶ A Constituição. 1872.

Por fim, o Dr. José Cabral de Mello, formado em medicina pela Academia do Rio de Janeiro, lotado na Inspetoria de Higiene do Ceará, pela qual foi nomeado em janeiro de 1890 delegado de higiene pública da Pacatuba¹⁷, sendo naquele período o único médico da cidade. Foi vereador no biênio 1891-1892, e era ele o irmão o qual Hermínio Cabral “Pai” nutria as maiores desavenças, expostas no jornal Pedro II como de motivação familiar, visto o Dr. José Cabral ser preferivelmente o procurador do moribundo pai, o rico Comendador Cabral de Mello.¹⁸

Toda a extensa ascendência política de Elzenir Cabral Torres dará completude ao capital político dos Accioly, sendo mais uma vez o casamento o fator conciliante na manutenção da estrutura de poder dessas famílias. Observamos tal alinhamento quando nas eleições de outubro de 1962 Antônio Fradique Accioly foi eleito vereador com a maior votação. Ocupando o espaço do sogro na UDN, o promotor da Pacatuba retoma a presença política dos Accioly na Aratanha Cearense, agora potencializado por sua união com uma Cabral.

Nas eleições de 1966, Antônio Fradique Accioly salta de vereador para prefeito eleito em chapa única do ARENA. Não se reelege nas duas eleições seguintes, mas torna-se vice-prefeito na composição com Isaac Newton Campos pelo PDS em 1982, num mandato que duraria seis anos. É exatamente nesse período que a Guaiúba será desmembrada do município de Pacatuba pela lei estadual nº 11.301 de 1987, ficando com uma população de aproximadamente 17 mil habitantes na época. Sua primeira eleição transcorre em 15 de novembro de 1988, onde sai vitorioso o recém-formado em direito, Antônio Carlos Torres Fradique Accioly.

Na data da eleição, Antônio Carlos contava apenas 23 anos de idade, sendo o mais jovem prefeito eleito entre os 25 municípios cearenses emancipados em 1987, dispondo nesse pleito da ajuda e influência do pai, o ex-vereador, ex-prefeito e então vice-prefeito da Pacatuba, Antônio Fradique Accioly. Antonio Carlos seria prefeito por mais dois mandatos, de 2000 a 2008 e elegeria o primo Marcelo de Castro Fradique Accioly seu sucessor.

Mais uma vez, a eleição municipal de outubro de 2016 elevou um Accioly a prefeitura de Guaiúba, Marcelo Fradique Accioly retorna ao posto após uma episódica derrota na disputa eleitoral do ano de 2012, o que suscita um rompimento nas relações político-familiares com o primo. No entanto, Marcelo é o quinto membro da parentela

¹⁷ Libertador. 18 de janeiro de 1890.

¹⁸ Pedro II. 27 de outubro de 1889.

dos Acciolys a ocupar a vaga do executivo entre os municípios da Pacatuba e Guaiúba, dando continuidade a uma atividade hereditária e supostamente naturalizada pela ocupação do mesmo cargo na política.

José Marciano Monteiro (2016b) chama atenção para o processo de hereditariedade na política, apontando para a formação de uma certa “nobreza”, aquela que dispõe do poder e do patrimônio político acumulado pelo grupo familiar ao longo dos tempos, legitimado e transmitido para filhos, netos, bisnetos e sobrinhos como herança resultante do controle e dominação das instâncias representativas.

Os Cabrais-Acciolys estão presentes na política desde o período em que se inicia a organização político-administrativa da Vila da Pacatuba, a qual o povoado da Guaiúba – território dos Acciolys – se encontrou anexado como distrito até 1987. Desde o final do Império (1873-1889), os Cabrais-Acciolys atravessam a história política da Aratanha, ao passarem pelos cargos de polícia e justiça, chefias de comissões de obras públicas, pelo executivo municipal entre a República Velha (1889-1930), a Ditadura (1964-1985) e a Redemocratização, cruzando suas trajetórias e continuando quase ininterruptos com seu nome na prefeitura da nova cidade.

Nesse sentido, nos propomos a pensar com que profundidade o poder político familiar tem contribuído no sucesso eleitoral e na permanência da referida família por tantos anos à frente do executivo municipal? Também como se perpetuam no imaginário local como possível “nobreza” e legítimos detentores da capacidade de governar?

6 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

6.1 O IMAGINÁRIO DA CIDADE COMO ESPAÇO REPRODUTIVO DA FAMÍLIA POLÍTICA TRADICIONAL

Ao analisar a construção da identidade da família Bezerra de Menezes no Cariri cearense, Maria Auxiliadora Lemenhe (1995) desvenda a produção de um passado sempre apropriado ao ideal da família tradicional. Partindo de inúmeros trabalhos genealógicos e biográficos, elaborados pelos próprios familiares em diferentes períodos da existência do grupo, a autora destaca a consagração e o empenho em apresentarem-se como dominantes no aspecto simbólico daquela região.

Para além do exemplo dos Bezerra de Menezes, é recorrente que se encontre as famílias tradicionais como produtoras das narrativas a respeito da sua existência, elaboradas em discursos que as colocam em sintonia com a construção material e simbólica do território em que estão localizadas. Nesse sentido, Araújo (2016) concebe a cidade como produção textual, como relato direcionado ao interesse das elites, acrescentando que:

[...] a representação de uma cidade – a sua “imagem ideal”, o seu “passado idílico” e as suas tradições – é uma arma inventada e alimentada por suas elites tradicionais e é usada para justificar poderes e privilégios destes grupos sobre o restante da sociedade a sua volta (ARAÚJO, 2016, p.48).

Compreendidas como pertencentes ao território desde longínquas gerações, as famílias tradicionais localizam-se a partir de um espaço privilegiado no discurso que as produziu e reproduz, sempre sustentando-as simbolicamente na sua relação com o imaginário da cidade, o que as confere o ideal de primeiros habitantes, de benfeitoras, construtoras, chegando a legitimá-las como donas do lugar.

Para Adilson Filho (2002), essa posição de poder:

[...] produz discursos e imagens sobre a cidade que se concretizam na própria identidade dos seus habitantes. Muito embora nem sempre sejam homogêneos, eles aventam a possibilidade de constituição de um imaginário mais ou menos coerente em torno da cidade (ADILSON FILHO, 2002, p. 20).

Com o discurso da tradicionalidade, as famílias do poder fazem encarnar sua dominação através de discursos que estereotipam e demarcam lugares. Não é incomum que encontremos cidades com suas inúmeras ruas, praças, escolas e demais logradouros com os sobrenomes daqueles que ainda ocupam o poder, ou que as disputas políticas sejam traçadas eleição após eleição pelos mesmos indivíduos saídos das famílias tradicionais. Difundidos pela mídia, na escola e primeiramente no seio da família, os estereótipos suscitam uma crença na naturalidade do lugar que cada um ocupa.

A eficácia de tais estereótipos no campo da política somente é possível de acontecer com a ambiguidade e aceitação daqueles que, no jogo, assumem o papel de dominados. Ou seja, de atores que não veem sua situação de classe a partir de pares opostos e antagônicos, mas através de um formato

meio sentimental e meio paternalista. De tal modo que a dominação se instaura com a cumplicidade daqueles que a sofrem, como acontece com as relações domésticas. O dominado colabora com sua própria elaboração através de sua afeição e de sua admiração. (ADILSON FILHO, 2002, p. 34).

Úteis a manutenção do poder político das famílias tradicionais, os dominados coabitam com a prática e os mecanismos de produção da diferenciação, assumem para si e naturalizam o seu lugar passivo no imaginário da cidade. Adilson Filho (2002) ainda acrescenta que, tal naturalização circunscreve a cidade e seus habitantes tão arraigadamente que embora idealizem mudanças, não conseguem, por estarem determinados por um passado arcaico, embarreirados pelo que é comumente familiar e subjetivamente intransponível.

Monteiro (2013) também pontua que, a incorporação desses valores como legítimos por aqueles desprovidos de capitais, ou seja, os dominados dentro da estrutura social, acabam por reproduzir a concepção do dominante como se ela não pudesse ser alterada, compreendendo-a como única realidade possível e verdadeira. Esse ponto de vista atua reafirmando posições sociais históricas e desiguais no âmbito da cidade, legitimando aqueles oriundos de famílias políticas tradicionais como únicos aptos para o exercício do poder, enquanto limita o restante da sociedade para o cumprimento de atividades secundárias.

Ainda segundo Monteiro (2009), o imaginário que abarca o município não é fruto originário de atividades naturais, portanto:

[...] para estabelecer a compreensão do espaço local e, conseqüentemente, a construção do espaço físico-territorial de qualquer cidade ou município faz-se, necessário, antes indagar e analisar como este foi conquistado e dominado, através dos agentes sociais; como esses agentes exerceram e/ou exercem domínio, e, assim, entender quais deles exerceram e/ou exercem domínio através dos seus diferentes capitais, compreendendo isto se compreenderá que o espaço social e a construção de um município não são resultado do acaso ou de um mero ato da lei, mas sim dos diversos interesses e relações de poder estabelecidos no espaço social e que sobre ele os domínios são efetivados. (MONTEIRO, 2009, p. 42).

Nesse sentido, compreende-se a cidade como socialmente produzida, elaborada diante da narrativa que a define sob múltiplos estereótipos, encoberta por traz do imaginário compartilhado e assumido por todos, porém, evidenciada como constructo resultante do interesse dos dominantes. Como sustentáculo dessa

construção, o imaginário que se vivencia coletivamente é continuamente reafirmado pela ação dos “intelectuais orgânicos”: professores, escritores, radialistas, e principalmente os memorialistas, estes, detentores e disseminadores da história e memória local sob tutela das famílias tradicionais (ARAÚJO, 2016).

Portanto, o poder da elite, simbolicamente, passa pelo controle profundo da história e das tradições de uma cidade, por via delas alimenta-se um imaginário sempre responsável em reviver um passado distintivo para aqueles que se posicionam como protagonistas na trama entre dominadores e dominados. Nesse compasso, a subsistência da posição de “nobreza” das famílias tradicionais, encontra força contínua por sua ligação com a trajetória de domínio dos seus antepassados, ou seja, sobrevive pela constante afirmação de uma suposta “pertença” familiar com o poder.

Com isso, destrinchar o espaço físico-territorial frente aos seus mitos, tradições e emblemas, é embrenhar-se num território onde a tradição familiar regula a memória e o passado, visando dominar o presente e reproduzir-se monopolizando o poder político indeterminadamente entre suas gerações.

6.2 ANTIGAS FAMÍLIAS POLÍTICAS REPRODUZIDAS NO *CAPITAL POLÍTICO-FAMILIAR*

No Brasil, a família e o poder sempre estiveram relacionados em grande sintonia e organizados em torno do Estado, ditando toda ordem dos interesses públicos a semelhança dos privados. André Heráclio do Rêgo (2008) assinala que, possivelmente no Brasil a família tenha atingido o mais alto grau de interação com o poder político, observada a sua relação com a administração da ordem econômica e social.

Essa inter-relação das famílias com as instituições pela ocupação das funções da administração pública é recorrente do início da formação do país, onde a conquista da terra e o exercício da ordem e mando sobre ela partia de um grande núcleo familiar organizado em torno do poder absolutista do *pater-familias*. Continuando as composições familiares na política e nas instituições mesmo ultrapassado o período da República Velha (1889-1930), em que se acentua as oligarquias e é também

chamado de “República dos Coronéis”, Vilaça e Albuquerque (2006) vão entender as práticas semelhantes daquele sistema como uma “revivescência do coronelismo”.

No entanto, Monteiro (2016a) compreende a intersecção das famílias tradicionais com o poder como estratégia característica do fazer político, corrente para além de períodos históricos determinados. Ou seja, o poder advindo das relações e conexões familiares tem garantido a sobrevivência das famílias políticas em volta do Estado e das suas instituições desde a colônia, retroalimentando o poder econômico e simbólico que determina a posição social superiormente localizada de grupos que formam verdadeiras linhagens na política.

Essas famílias analiticamente classificadas como “famílias políticas”, são aquelas que:

[...] cujos pais, tios, avós, bisavós já atuavam e controlavam politicamente determinadas regiões e trazendo o “nome da família”, associados a outros capitais herdados, passam a ocupar posições dominantes no campo político, jurídico e econômico do Estado. São herdeiros quase sempre das tradicionais oligarquias (MONTEIRO, 2016a, p. 29).

A longa trajetória das famílias políticas em sua contínua relação com o Estado e a ocupação de cargos, engendra capitais materiais e simbólicos que as distingue e as reforça na sua permanente atividade. Esse constructo social e econômico fornece legitimidade àqueles herdeiros que se lançam na tarefa de dar continuidade ao poder secularmente detido no seio da família, lançando mão do arcabouço distintivo resultante da conexão entre o patrimônio material e simbólico do grupo familiar, compreendido como *capital político-familiar*, que:

Consiste em um distintivo que se transforma em patrimônio simbólico que sutilmente se transmite de forma legítima no espaço social para herdeiros – que podem ser parentes consanguíneos ou não, desde que pertençam e sejam legitimados pelo grupo familiar, a partir de uma identidade construída historicamente pelo grupo (MONTEIRO, 2016a, p. 26).

O sobrenome ou nome familiar, é a ferramenta caracterizadora desse patrimônio simbólico que se conecta ao indivíduo pertencente à família política, legitimando a sua participação e potencializando seu sucesso em disputas eleitorais. Mesmo em meio ao crescente caráter econômico que tem tomado as eleições, a força

simbólica de possuir um sobrenome tradicional, construído e historicamente reforçado em pequenos municípios como Guaiúba, significa adentrar no campo político com valores já demarcados, com uma identidade já inscrita, ressaltada e privilegiada pelo imaginário sobre a família em relação a cidade.

Dessa forma, o *capital político-familiar* tende a direcionar sempre a um lugar em evidência, tanto no campo das disputas eleitorais quanto na ocupação de cargos administrativos, determinados sujeitos saídos dos arranjos e rearranjos familiares propiciados pela configuração de forças desses capitais, ao cabo que “muda-se o nome, permanece o sobrenome. Muda-se o agente, permanece a família. É a mudança na permanência” (*Idem*, 2016a, p. 50).

Essa “mudança na permanência” mantém o recrutamento de jovens políticos carregando em seus *slogans* a estratégia discursiva do “novo”, da própria ideia de mudança e de renovação. Toda vez que o domínio dos predecessores cessa ou entra em decadência, o *capital político-familiar* reveste novos corpos, novas roupagens e outros agentes que herdarão a profundidade histórica da família em sua relação com poder, num movimento sutil que imporá sujeitos modernos, mas constituídos pela tradição.

7 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A realidade social das pequenas, médias e grandes cidades têm evidenciado a força do agrupamento familiar na ocupação contínua de cargos políticos, eletivos ou não (GOULART, 2016). A afirmação de Mônica Helena Harrich Silva Goulart vai de encontro a indicação de tais relações para além da concepção do local, do patriarcal e das instituições atrasadas, o que apresenta a relevância de abordagens da variável política e família em contextos contemporâneos complexos.

Ultrapassando a matriz do coronelismo e do mandonismo, a temática da política e família vem readquirindo contornos significativos nas últimas duas décadas, a partir do surgimento do Núcleo de Estudos Paranaenses da Universidade Federal do Paraná (NEP-UFPR), criado em 1994. O NEP, inicialmente organizado para pensar cultura e política no Paraná, agora congrega pesquisas que envolvem diversas regiões de distintos estados brasileiros, das quais destacamos os trabalhos de José

Marciano Monteiro (2013; 2016b; 2017), que tem nos servido de grande aparato teórico-metodológico.

Tomando como objeto de pesquisa a classe dominante no estado da Paraíba, Monteiro (2016a) operacionaliza o conceito de *capital político-familiar* pela análise das conexões envolventes dos capitais social e econômico das estruturas familiares, mensurando sua constituição e presença numa perspectiva de longa permanência, explicitadas mediante as relações de parentesco na política, mídia, judiciário e economia.

Somadas à intersecção entre família e política, Monteiro e Ferreira (2017) acrescentam o estudo das dimensões da hereditariedade como questão explícita a lógica de reprodução dos grupos familiares de elite, fundamental para que pensemos em nossa pesquisa o modo de “transmissão linear” que estruturou/estrutura o poder político dos Cabrais-Acciolys entre Pacatuba e Guaiúba, evidenciado na ocupação do executivo municipal pelo bisavô, avô, pai e neto, num espaço temporal centenário entre os dois municípios.

Nesse ponto, outra autora que nos ajuda a compreender a continuidade das famílias tradicionais na política contemporânea é Letícia Bicalho Canêdo. Fazendo uso da genealogia e da memória em política, Canêdo (1994; 1995; 2002; 2011) expõe a forma pela qual os sobrenomes familiares se inscrevem na memória social, misturando-se com a própria história das cidades, ao tempo que o trabalho genealógico nos permite identificar a apropriação e utilização de um capital simbólico acumulado pela repetição do exercício de cargos políticos.

Como lugar de inscrição material e simbólico, buscaremos compreender a cidade como supõe Araújo (2016), ou seja, como idealização e narrativa de um passado redivivo, elaborado e relacionado com a trajetória das famílias tradicionais, como espaço indissociado do esforço que as mantêm sob o *status* de “verdadeiras donas do lugar”. Assim como a partir dessa compreensão, seguiremos a necessidade acentuada por Adilson Filho (2002), de se questionar a identidade fixa e os estereótipos conservados pelo imaginário das cidades em torno da sua elite, que inalteradamente conserva posições estratégicas de poder que estruturam sua dominação a partir da história e memória local.

Dessa forma, buscaremos aliar a perspectiva epistemológica de estudo da variável política e família desenvolvida pela linha teórico-metodológica FAMÍLIA, PARENTESCO E PODER do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP-UFPR) –

operacionalizando os conceitos de família, capital político-familiar, genealogia – a uma bibliografia que se aprofunda no entendimento das relações de dominação engendradas pelas famílias tradicionais no imaginário das cidades, no sentido de se compreender o fenômeno do poder político familiar num panorama histórico de envolvimento da família Cabral-Accioly entre os municípios de Pacatuba e Guaiúba – Ceará.

8 MÉTODOS

No que se refere aos métodos, optamos por desenvolver a pesquisa tendo por base a conciliação das abordagens qualitativa e quantitativa, engendrando um estudo de base documental e bibliográfico que possa corresponder e alcançar os objetivos traçados.

Desse modo, a pesquisa documental, assim como definida por Gil (2008), consiste na utilização de material que geralmente se apresenta em grande quantidade, podendo ser de conteúdo nunca analisado ou que se encontrem abertos a possibilidade de passarem por uma reelaboração e direcionamento que atenda aos novos objetivos. Dentro dessa categoria, se inserem nossas investigações em torno de jornais dos séculos XIX e XX, disponibilizados pela Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, que arrolam notícias a respeito do cotidiano e da vida político-administrativa da região da Aratanha, mais especificamente da Vila e depois cidade de Pacatuba, na qual se acham os Cabrais e os Accioly entre os quadros políticos.

Nesses jornais, encontramos informações a respeito do exercício de cargos políticos eletivos ou por nomeação, transação de relações comerciais - como abertura de firmas e sociedades - notícias de casamentos, falecimentos, designações para a antiga Guarda Nacional, intrigas e disputas dentro das próprias famílias. Uma série de conteúdos que nos aproxima, de forma qualitativa, das relações sócio-políticas desempenhadas historicamente pelos Cabrais-Accioly entre Pacatuba e Guaiúba.

Com a mesma importância, foi de grande valia os livros de batismos, casamentos e óbitos das paróquias de Nossa Senhora da Penha (Maranguape) e Nossa Senhora da Conceição (Pacatuba), digitalizados e viabilizados pela *FamilySearch*, que organizados e operados pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos do Últimos Dias, formam o maior banco de dados para pesquisas genealógicas no

mundo. A utilização desse acervo, aliado a manuscritos referentes a história das famílias tradicionais locais, além da coleta de dados através de visitas aos cemitérios públicos da Pacatuba, Guaiúba e Fortaleza (São João Batista) nos permitiu elaborar uma genealogia política, compreendendo cinco gerações das famílias Cabral-Accioly desde a chegada na Aratanha.

Segundo Oliveira (2016) as genealogias familiares políticas apresentam inserções históricas nas instituições como o legislativo, executivo, cartórios, judiciário, mídia e empresariado de maneira quase contínua desde o período colonial, portanto, a investigação e elaboração dessa genealogia foi de fundamental importância para que identificássemos a formação de complexas estruturas de poder formadas por essas famílias em relação a política local.

Ainda no aspecto documental, nos debruçamos sobre o livro *Pacatuba – Formação Histórica e Política – Eleições 1873-2004*, de Paz Loureiro (2006), que transcreve a partir das atas de sessões e demais documentos da Câmara Municipal de Pacatuba, a movimentação política desde a sua instalação em 26 de abril de 1873. Além disso, apresenta resultados de votações para Juizes de Paz, composições dos conselhos de intendência durante a República Velha, os prefeitos indicados durante o Estado Novo, até os números eleitorais no período militar e após a Redemocratização, o que nos foi de profundo aproveitamento junto aos dados do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TER-CE), para que pudéssemos visualizar a presença e a repetição das famílias Cabral-Accioly, demonstrada na eleição e participação de seus membros em quase toda história política local.

Quanto a abordagem bibliográfica, ainda segundo Gil (2008), compõe-se daquela executada a partir de materiais já elaborados, em sua maioria livros ou artigos que tratem de determinado tema pesquisado. Portanto, nossas fontes bibliográficas foram tomadas com suporte em trabalhos que tratam principalmente do fenômeno do poder político familiar na perspectiva da longa permanência, com ênfase no livro “A Política Como Negócio de Família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar” (2016), de José Marciano Monteiro, assim como no conteúdo de algumas edições da Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses da Universidade Federal do Paraná (Revista NEP-UFPR).

Além disso, agregamos à pesquisa bibliográfica os trabalhos intitulados “A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojardinense” (2002), de José Adilson Filho e “Quem não tem padrinho morre pagão”: um modelo para se

entender o clientelismo sertanejo” (2016), de Raimundo Alves de Araújo, como fontes teóricas para se compreender a relação das famílias políticas tradicionais com a produção, envolvimento e reavivamento da história e memória local, úteis na conservação das posições de poder.

9 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento do material bibliográfico ligado à temática nos permitirá, deveras, aprofundar e atingir o objetivo traçado. Exploramos fontes bibliográficas disponíveis e significativas para o desenvolvimento da pesquisa em andamento. Dentre vários e proveitosos materiais utilizados, destacamos alguns:

ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada: Velhos e novos cenários na política belojarinense (1969-2000)**. 2002. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. "Quem não tem padrinho morre pagão": um modelo para se entender o clientelismo sertanejo. In: SANTOS, Carlos Augusto dos; MELO, Francisco Dênis; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. (Orgs.). **Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará**. 3. v. Sobral: SertãoCult, 2016. Cap. 3. p. 47-81.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o caso dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

MONTEIRO, José Marciano. **A Política Como Negócio de Família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016.

RÊGO, André Heráclio. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REFERÊNCIAS

ADILSON FILHO, José. **A Cidade Atravessada**: Velhos e novos cenários na política belojardinense (1969-2000). 2002. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ARAÚJO, Raimundo Alves de. "Quem não tem padrinho morre pagão": um modelo para se entender o clientelismo sertanejo. In: SANTOS, Carlos Augusto dos; MELO, Francisco Dênis; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. (Orgs.). **Nas Trilhas do Sertão**: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. 3. v. Sobral: SertãoCult, 2016. Cap. 3. p. 47-81.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Caminhos da Memória: parentesco e poder. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 3, p.85-122, 1994.

_____, Letícia Bicalho. Metáforas do Parentesco e a duração em Política. **Revista Textos de História**, Brasília, v. 2, n. 1, p.82-103, 1995.

_____, Letícia Bicalho. Herança na Política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política. **Pró-Posições**, Campinas, v. 13, n. 2 (39), set./dez. 2002.

_____, Letícia Bicalho. Um capital político multiplicado no trabalho genealógico. **Revista Pós Ciências Sociais**, Maranhão, v. 8, n. 15, p.55-75, jan./jun. 2011.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 7. Ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, Mônica H. H. S.. Família e Política: concepções teóricas e metodológicas. In: **XV Encontro Regional de História**: 100 Anos da Guerra do Contestado. Curitiba, 2016.

HOLANDA, João Xavier de. **História de Guaiúba**. 2000. [Manuscrito não publicado].

LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, Tradição e Poder: o caso dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993. Tradução de: André Villalobos.

LOUREIRO, Paz. **Pacatuba: Formação Histórica e Política Eleições 1873 - 2004**. Fortaleza: Integráfica, 2006. 290 p.

MONTEIRO, José Marciano. **Família, Poder Local e Dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família(s) Ernesto-Rêgo em Queimadas/Paraíba**. Campina Grande, 2009. 168p.

_____, José Marciano. **Famílias, Cultura Política e Dominação no Semiárido Nordeste: o caso de Queimadas-PB**. *Raízes*, Campina Grande, v. 33, n. 1, p.149-164, 2013.

_____, José Marciano. **A Política como Negócio de Família: para uma sociologia das elites e do poder político familiar**. São Paulo: LiberArs, 2016a.

_____, José Marciano. PARENTESCO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: A FORÇA DO CAPITAL POLÍTICO FAMILIAR NA 54ª LEGISLATURA NO CONGRESSO NACIONAL. *Revista Nep: (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v. 2, n. 2, p.561-579, maio 2016b.

_____, José Marciano; FERREIRA, Rafael de Farias. A REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS POLÍTICAS E AS DIMENSÕES DA HEREDITARIEDADE NO ESTADO DA PARAÍBA. *Revista Nep: (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v. 3, n. 3, p.195-214, ago. 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Famílias Políticas e Desempenho Eleitoral nas Eleições de 2014. *Revista Nep: (Núcleo de Estudos Paranaenses)*, Curitiba, v. 2, n. 4, p.1-4, set. 2016.

RÊGO, André Heráclio. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 208 p.

Sites:

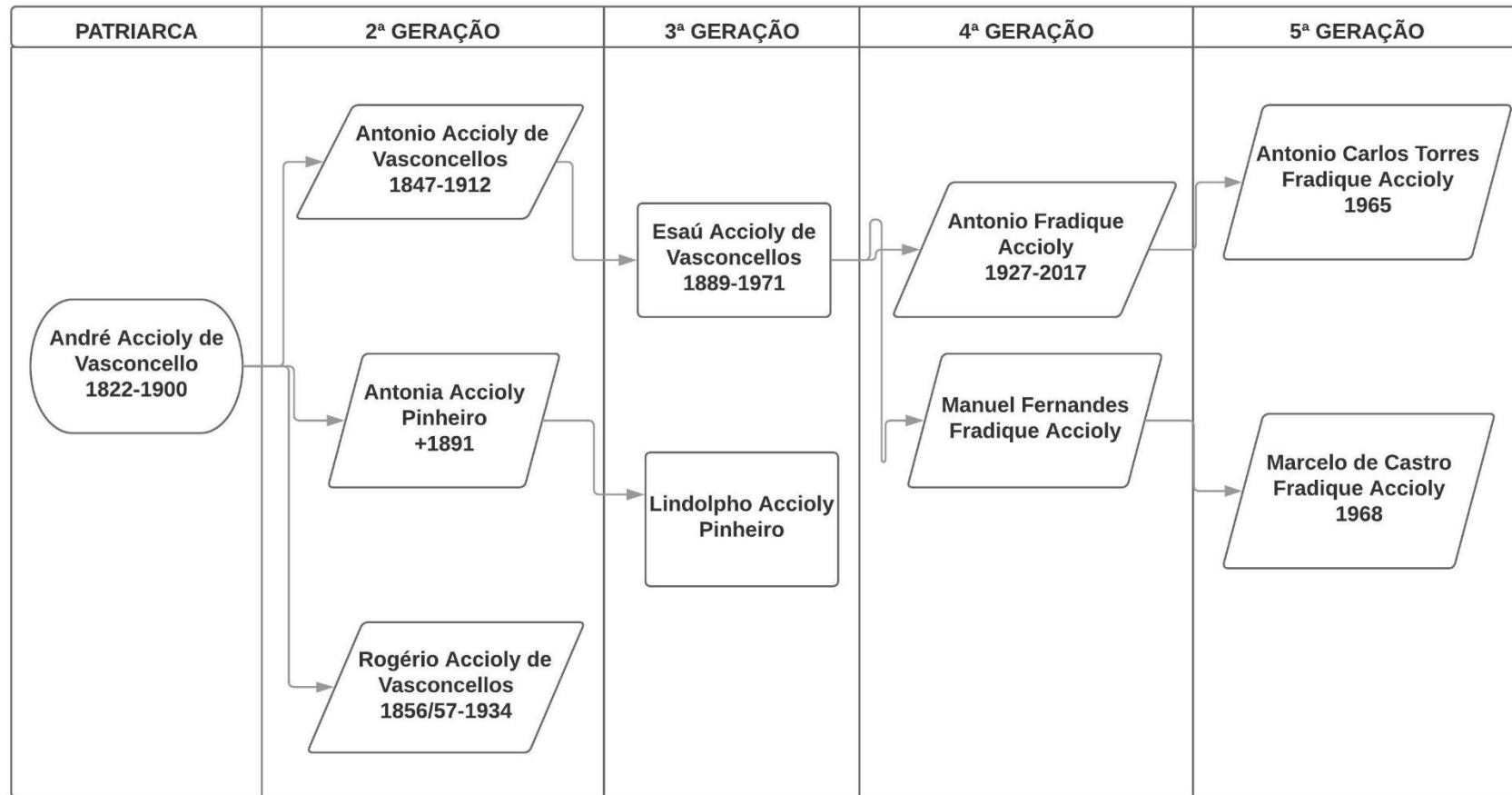
APRECE. **Breve Histórico da Vida de Antonio Fradique Accioly**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <alanphilipe90@gmail.com>. em: 11 ago. 2017.

LEITÃO FILHO, Sinval. **Memórias de Guaiúba**. Elaborada por Antônio Carlos Sales Paiva. Disponível em: <<http://paroquiamissionaria.blogspot.com>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RIBEIRO, Soriano. **Antonio Carlos Torres Fradique Accioly**. 2008. Disponível em: <<https://sorianoribeiro.blogspot.com/2008/04/antonio-carlos-torres-fradiqueaccioly.html>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Genealogia política dos Accioly em Guaiúba



APÊNDICE B – Genealogia política dos Cabrais em Guaiúba

